

[Voltar](#)

Fonte: A- A+

e-SIC - Consultar pedido de informação

CPF\*: 278.563.888-38

Número do protocolo\*: 20231210129

☐

Não sou um robô

reCAPTCHA

Privacidade - Termos

Consultar

Nome:

Rosely Kalil

Sobrenome:

de Freitas Castro Carrari de Amorim

CPF:

278.563.888-38

Sexo:

Feminino

Faixa Etária:

46 a 60

Email:

roselykalil@alumni.usp.br

Telefone:

13 33239742

Telefone:

(11) 9.9953-1920

Endereço:

Avenida Manoel da Nóbrega, 1392, apto 801. Itararé, São Vicente.  
SP CEP 11320-201

Área de Interesse:

Administração

Meio da resposta:

E-mail

Data/hora:

10/12/2023 09:51

Corpo da Mensagem:

Prezados,

Em conjunto com mais 4 colegas do Curso de Especialização em Direito Sanitário da Fiocruz, estamos desenvolvendo um trabalho de conclusão de curso sobre as Normas de Vigilância Sanitária do Município de Recife. Ocorre que não conseguimos qualquer acesso a como foi o processo de participação popular na época da elaboração de tais normas. Precisamos ter acesso a essas informações para dar prosseguimento à nossa pesquisa. Por favor, nos encaminhem ou nos dêem acesso ao processo de Participação Popular na elaboração dos seguintes documentos:

- Lei nº 16.004/ 1995;

- Norma Técnica Especial 01/ 2015

- Norma Técnica Especial 01/ 2017

- Lei nº 18.864/ 2021

- Decreto nº 36.279 / 2023

- Decreto nº 36.521 / 2023

Certos de sua compreensão para o crescimento mútuo, agradecemos e aguardamos o retorno.

At.te,

Rosely Kalil.

Situação: Deferida

À SRA. ROSELY KALIL DE FREITAS CASTRO CARRARI DE AMORIM

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, venho, por intermédio deste, em atenção à vossa Solicitação E-SIC n. 20231210129, informar que, de acordo com o Departamento de Assessoria Especial Legislativa desta Câmara Municipal, não houve participação direta da população no processo de elaboração das Leis Municipais n. 16.004/1995 e n. 18.864/2021. Nesse sentido, a população participou indiretamente, por meio dos parlamentares legitimamente eleitos, os quais debateram e votaram os projetos de leis que deram origem às mencionadas normas.

Quanto às Normas Técnicas Especiais n. 01/2015 e n. 01/2017, bem como aos Decretos n. 36.279/2023 e n. 36.521/2023, esclarecemos tratar-se de normas que não tiveram a participação desta Câmara Municipal no processo de sua elaboração, mas somente da Prefeitura da Cidade do Recife. Nesse sentido, no intuito de auxiliar na resolução de presente demanda, fornecemos o link da página oficial da Secretaria de Saúde do Município, na qual constam endereços, telefones e e-mails que podem ser úteis:

"<https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/secretaria-de-saude>"

Sem mais para o momento, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

MARCO AURÉLIO FILHO  
Vereador Ouvidor

**Resposta:**